



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

O PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO TÉCNICO (PROTEC) E A CRIAÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA (UNED/ETFRN) EM MOSSORÓ

Karla da Silva Queiroz¹; Francisco das Chagas Silva Souza²

¹Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: karlasqueiroz@gmail.com

²Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: chagas.souza@ifrn.edu.br

Resumo

O artigo ora apresentado trata-se de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que tem como objetivo analisar a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, em Mossoró, no interior do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC). O estudo configura-se como uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, em que lançamos mão de uma variedade de fontes: revisão de literatura, documentos e entrevistas. Como resultados preliminares, destacamos que a criação dessa instituição de Educação Profissional é resultado de uma política de crescimento econômico voltado para a industrialização, a qual necessitava de mão-de-obra especializada. Já a criação da UNED em Mossoró se explica pelas condições favoráveis daquela cidade em termos econômicos. A instituição era vista como fator de desenvolvimento para o interior do Rio Grande do Norte.

Palavras-chaves: Educação Profissional, PROTEC, História das Instituições.

Introdução

A História da Educação Profissional no Brasil, na perspectiva da institucionalização de um sistema educacional em âmbito nacional, mostra-nos que o desenvolvimento de instituições que primam pelo ensino das profissões, demonstrou, ao longo de todo o seu percurso, uma íntima aproximação com o projeto de crescimento econômico nacional que tem uma profunda relação com o desenvolvimento da indústria.

A exemplo da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto 7.566, do Presidente da República Nilo Peçanha, que objetivava atender a carência de mão-de-obra especializada para mercado de trabalho, o conjunto de leis e instituições elaboradas pelos governos posteriores preservaram o fomento da Educação Profissional enquanto instrumento a serviço do desenvolvimento econômico do país. Dessa forma, é possível afirmar que o avanço industrial acabou por tencionar a implementação de medidas no campo da educação formal.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Nessa direção, foi operacionalizada a primeira expansão da Educação Profissional, ocorrida nas duas décadas finais do século passado, proposta na presidência de José Sarney (1985-1990), por meio do lançamento do Programa de Expansão e Melhoria de Ensino Técnico (PROTEC), no bojo da execução do o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República.

O objetivo deste artigo é discutir a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) em Mossoró como uma consequência do PROTEC. Trata-se de um estudo ainda em curso, proveniente de nossa pesquisa de mestrado em Educação Profissional. O estudo configura-se como uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, em que lançaremos mão de uma variedade de fontes: revisão de literatura, documentos oficiais e entrevistas.

Em um primeiro momento, apresentamos o PROTEC como parte do panorama nacional da época, inserido nos documentos oficiais produzidos pelo governo federal. Em seguida, para compreendermos os caminhos trilhados para a instalação da UNED/Mossoró e as expectativas que essa escola trazia para o desenvolvimento local, discutiremos o cenário socioeconômico mossoroense nas décadas de 1980 e 1990.

1. O PROTEC e a interiorização do ensino técnico

Em pleno processo de redemocratização da política brasileira, após os 21 anos da Ditadura Militar, o presidente José Sarney lançou, em 6 de junho de 1986, por meio da Lei nº 7.486, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o qual, dentre outras coisas, trouxe inovações para o campo da Educação Profissional. Esse investimento se deu em função do interesse em implementar um projeto de governo pautado no crescimento econômico, com base num processo industrial que apresentava como questão central a introdução de novas tecnologias que proporcionassem maior competitividade no plano internacional e ampliação do mercado interno. O desafio que se colocava era o desenvolvimento consistente de tecnologia de ponta, para superar o atraso de anos de incipientes investimentos científicos e tecnológicos, como também a educação e formação de recursos humanos.

Para vencer a obsolescência tecnológica, as estratégias expressas no I PND estavam direcionadas para o estabelecimento de redes de criação tecnológica que integrassem centros de pesquisas, universidades e indústrias, com o objetivo de expandir e transferir os avanços alcançados para o setor de produção.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A formação de recursos humanos também recebeu destaque especial no projeto governamental desse período. No PND foi destacada a questão educacional em seus vários níveis e modalidades de ensino e as linhas programáticas de cada um. No item 2.2 desse documento, denominado Programa Melhoria do Ensino de 2º Grau, definiu-se que:

As escolas técnicas federais de 2º grau - industriais e agrícolas - receberão recursos necessários ao reforço e a ampliação de sua capacidade de atendimento, de tal forma que diversifiquem a oferta de habilitações, estendendo-as, tanto quanto possível ao setor de serviços modernos (BRASIL 1986).

Para levar a cabo os objetivos básicos aos quais o governo se propunha para o setor da educação, especialmente no âmbito do ensino de 2º grau profissional, o governo lançou, em 04 de julho de 1986, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC). Este programa previa a implantação de duzentas escolas técnicas industriais e agrotécnicas em todo o Brasil, dando prioridade às cidades dos interiores dos estados brasileiros, para atender às necessidades do processo de industrialização e possibilitar a formação de profissionais qualificados para o campo, norteados pela política de modernização e justiça social.

De acordo com os documentos oficiais, a implantação do PROTEC era justificada nas alegações de que estas escolas deveriam atender tanto às demandas provenientes da expansão e modernização da indústria, agricultura e serviços, como também à entrada da população jovem no mercado de trabalho.

Entretanto, a criação do PROTEC estava ligada a interesses mais políticos que técnicos e sociais, ficando explícito o critério clientelista em que foi edificado (CUNHA 2005; FRIGOTTO, FRANCO, MAGALHÃES, 2006). A orientação de distribuição dessas duzentas escolas evidencia esse clientelismo quando se verifica que muitas dessas instituições foram instaladas em localidades com insuficiente ou inexistente desenvolvimento industrial. Ou seja, foram levados em consideração pedidos de diversos políticos que chegavam em grande quantidade ao Ministério da Educação (MEC).

Além de apresentar a proposta de expansão do ensino técnico como suporte em atenção ao mercado de trabalho, também estava delegado à essas escolas, o domínio efetivo da técnica e o aprimoramento dos processos tecnológicos, o que revela a concepção produtivista e tecnicista de educação implantada por meio do PROTEC.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A ideia produtivista aqui expressa se insere na perspectiva da centralidade no mercado, que nada mais é que o próprio sistema de produção capitalista. Como relata Frigotto, Franco e Magalhães (2006, p.140), “o grande e fundamental educador é o capital, disfarçado sob a categoria mercado de trabalho”.

Sendo o ensino técnico elaborado para satisfazer aos interesses do mercado de trabalho, em outras palavras, do próprio capital, o que estava em pauta não era a organização do sistema educacional para suprir as necessidades da sociedade enquanto coletivo humano, mas sim a organização e satisfação do sistema econômico, através da capacitação de recursos humanos, ou classe trabalhadora objetivando o aumento da produtividade e da maximização do lucro.

O caráter tecnicista empreendido ao PROTEC estava impresso na íntima associação do ensino técnico com o desenvolvimento. O programa era visto como “fator de primeira grandeza para o desenvolvimento nacional” e “instrumento fundamental à melhoria da produtividade nacional” (BRASIL 1986, p. 414). O ensino técnico deveria ser produtor de tecnologia para que o país pudesse progredir, o que supunha assim a necessidade de massificação, ampliação desse ensino.

Segundo Frigotto, Franco e Magalhães (2006), de fato havia uma demanda por formação técnica a ser resolvida, porém não sob os moldes do paradigma taylorista-fordista de organização do trabalho e qualificação técnica inscritos no PROTEC. De acordo com este paradigma, o progresso da ciência e da tecnologia traziam como necessidade a generalizada qualificação da mão-de-obra, ao passo que possibilitaria a ampliação da oferta de emprego, aproximando ao pleno emprego, ou seja, gozando de direitos trabalhistas legalmente adquiridos.

O novo contexto neoliberal e de acumulação flexível que se evidenciava mundialmente, inclusive no Brasil, manifestava-se na educação, sob a exigência de uma qualificação não apenas técnica, mas que pudesse oferecer, como sinaliza Frigotto, Franco e Magalhães (2006, p. 145), “uma formação mais complexa, abstratas e polivalentes, para formar trabalhadores subordinados aos interesses do capital”. Assim, estavam postas as novas condições para o retorno da velha conhecida Teoria do Capital Humano, agora tendo como mentores os organismos como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Cultura (UNESCO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Para Frigotto (1986, p. 224), as instituições escolares se tornam instrumentos à serviço do capital:

Sua improdutividade, dentro das relações capitalistas de produção, torna-se produtiva. Na medida em que a escola é desqualificada para a classe dominada, para os filhos dos trabalhadores, ela cumpre, ao mesmo tempo, uma dupla função na reprodução das relações capitalistas de produção: justifica a situação de explorados e, ao impedir o acesso ao saber elaborado, limita a classe trabalhadora na sua luta contra o capital.

No plano da execução do PROTEC são identificadas duas modalidades de atuação que seriam executadas no ensino de 1º e 2º grau, que são: construção das escolas e instalação de equipamento pelo MEC. Na prática, o programa se materializou de maneira diferente da ideia veiculada oficialmente no programa. Não houve a implantação/construção de duzentas Escolas Técnicas Industriais e Agrícolas, mas, como denominou Cunha (2005), de fato seriam realizados duzentos convênios, beneficiando escolas já existentes e construção de novas estruturas. O primeiro ano de execução dedicado basicamente a recuperação das já existentes, denunciando também um caráter obreirista impresso no programa.

Mais tarde, o MEC se viu obrigado a reconsiderar sua meta audaciosa e a formatação inicialmente planejada. Para tanto, criou, por meio da Portaria Nº 67, de 09 de fevereiro de 1987, um sistema de escolas técnicas no formato de Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), equivalente aos campi universitários, viabilizando assim a interiorização do ensino técnico.

2. UNED MOSSORÓ: uma escola para o progresso

Mossoró, município localizado no oeste do Rio Grande do Norte, na década de 1980, apresentava as condições favoráveis à implantação de uma das UNEDs, visto que experimentava vertiginoso dinamismo econômico, crescimento urbano e aumento de oferta de empregos especializados proporcionados por três atividades econômicas: a indústria salineira, a indústria petrolífera e a fruticultura irrigada.

De acordo com os estudos de Rocha (2009) e Pinheiro (2007), juntos, esses três setores econômicos alteraram de forma significativa a paisagem dessa cidade, que apresentou um intenso crescimento urbano e populacional. Mossoró se tornou uma possibilidade viável



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

para a efetivação do PROTEC no interior do Rio Grande do Norte.

Os primeiros achados relativos às ações realizadas na perspectiva de apontar Mossoró como cidade atrativa para a implantação da UNED partiram do segmento político. De acordo com documentos arquivados na Câmara Municipal de Mossoró, em 20 de março de 1986, o vereador Francisco Borges solicitou àquela casa, por meio do requerimento 54/86, o encaminhamento de um ofício ao então Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, solicitando a inclusão de Mossoró na lista dos municípios a serem beneficiados com a implantação de uma unidade da ETFRN. No documento, mas também em entrevista que nos concedeu, o vereador argumentou que a cidade apresentava liderança na região e disponibilidade de infraestrutura. Segundo o texto do documento:

Sendo do pensamento prioritário do Presidente Sarney, criar novas Escolas Técnicas Federais nos Estados, venho solicitar dos meus pares o apoio para nossa cidade, ser beneficiada com essa proposta presidencial, uma vez que Mossoró, além de cidade líder da região, dispõe de infraestrutura que se coaduna com o referido projeto.

O ex-vereador buscou também o apoio de outros políticos da estrutura parlamentar do Rio Grande do Norte: foram expedidos correspondência oficiais solicitando colaboração de deputados federais e senadores. Tantas intervenções políticas coadunam com a argumentação de Frigotto, Franco e Magalhães (2006) e Cunha (2005) de que a escolha das cidades que iriam sediar essas UNEDs, criadas por meio do PROTEC, atenderia a interesses clientelistas, embora Mossoró atendesse aos critérios de cidade com potencial econômico, expansão e modernização da indústria, agricultura e serviços, conforme documentação oficial de lançamento do Programa.

No plano institucional, o primeiro documento encontrado, acerca de discussões sobre a interiorização das Escolas Técnicas Federais (ETFs), aparece na Agenda ETFRN¹, de 23 de maio de 1986. Na agenda há o registro de que, na realização da XIV Reunião de Diretores das Escolas Técnicas Federais (REDITEC), estava em pauta a indicação de sugestões de criação de núcleos avançados. Ainda segundo esse documento, o MEC, realizaria, por meio de uma Comissão de Técnicos, um levantamento das condições físicas, potencial de alunos e demanda, em todos os municípios do país, com o objetivo de mapear os possíveis locais para instalação de unidade de ensino profissionalizante (ETFRN, 1986).

¹ As Agendas da ETFRN eram impressos produzidos semanalmente e distribuídos para os servidores como forma de divulgação dos trabalhos realizados pela gestão dessa instituição.
(83) 3322.3222



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A partir das Agendas da ETFRN e de entrevistas que realizamos com gestores dessa instituição (dois ex-diretores gerais da ETFRN e um da UNED/Mossoró), além de pesquisas nas matérias da imprensa de Mossoró, conseguimos levantar informações importantes de como se deram os primeiros passos no processo de implantação da UNED Mossoró.

Definida a cidade de Mossoró, para sediar uma das UNEDs no Estado (outra seria em Currais Novos, mas não veio a se efetivar por questões burocráticas), entra em cena mais uma vez o protagonismo da política mossoroense. O prefeito de Mossoró, Jerônimo Dix-huit Rosado, pleiteou junto à Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), a cessão de parte de suas terras para construção da UNED. O pedido foi atendido e o terreno foi cedido em termos de comodato ao município. A obra deveria ser concluída até março em 1987.

Assim como este, muitos outros prazos para entrega da UNED não foram cumpridos. Durante os anos finais da década de 1980, a Rede Federal de Educação Profissional enfrentava dificuldades de ordem financeira que acabaram por impactar na execução do PROTEC. Dessa forma, apenas em 12 de janeiro de 1990, foi dado início a construção da UNED em Mossoró.

Após quase cinco anos de andamento das obras, finalmente a UNED Mossoró foi inaugurada em 29 de dezembro de 1994, trazendo grandes expectativas para a população de Mossoró, não apenas pela oferta de ensino público de qualidade, mas também pela modernidade e imponência da estrutura considerando os parâmetros da época.

Conclusões preliminares

A implantação da UNED Mossoró foi gestada em meio a um projeto político de desenvolvimento econômico nacional, com base no processo de industrialização e que encontrou terreno fértil na conjuntura local de Mossoró, em virtude do dinamismo econômico proporcionado pelo desenvolvimento das atividades econômicas salineira, petrolífera e de fruticultura irrigada, que impactou numa expansão urbana e populacional na cidade.

Criada para ser uma escola para o progresso, a UNED gerou grandes expectativas não apenas por oferecer ensino técnico para satisfazer uma demanda proveniente do desenvolvimento industrial, mas também encontrava respaldo na sociedade mossoroense por ser considerada uma instituição escolar de qualidade reconhecida.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 7.486, de 6 de junho de 1986. **Aprova as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, para o período de 1886 a 1989.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jun. 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7486.htm. Acesso:15 ago 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). **Gestão 1992/1994: síntese das principais realizações.** Brasília: A Secretaria, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Realizações do Ministério da Educação período: 85/90 - Governo José Sarney.** Brasília: MEC. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002550.pdf> Acesso em:12 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Portaria nº 67, de 6 de fevereiro de 1987.** Cria Unidades de Ensino Descentralizadas. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3196334/dou-secao-1-10-02-1987-pg-18/pdfView>> DOU de 10/02/1987, Seção I, p. 2062 Acesso em: 1 fev. 2016.

BRUM, A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro.** 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** São Paulo: UNESP, Brasília: FLACSO, 2005.

ETFRN. Agenda, Natal, n. 25, 23 mai. 1986.

_____. Agenda, Natal, n. 132, 10 ago. 1987.

_____. Agenda, Natal, n. 244, 30 mar. 1990.

_____. Expansão das UNEDs beneficia municípios. Agenda Especial, Natal, ano VI, maio 1991.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1984.

FRIGOTTO, G.; FRANCO, M. A. C.; MAGALHÃES, A. L. Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Técnico: expressão de um conflito de concepções de educação tecnológica. In FRIGOTTO, G., FRANCO, M. C. (Orgs). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

INSTALAÇÕES da ETFRN são um verdadeiro complexo estudantil. **Gazeta do Oeste,** Mossoró, RN, 30 dez.1994.

OLIVEIRA, M. A. A criação da Unidade de Ensino de Mossoró: Realização de um sonho da população do Oeste Potiguar. In: PEGADO, E. A. da C. (Org.). **A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI.** 2. ed. Natal: Editora do IFRN, 2010.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ROCHA, A. P. B. **A expansão urbana de Mossoró: período de 1980 a 2004.** João Pessoa, 2009.

SARNEY, J. **Lançamento do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico A palavra do Presidente: discursos e mensagens.** Brasília: Presidência da República.

Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/josesarney/discursos/1986/79.pdf/at_download/file Acesso em: 19 set 2016.